



REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Considerando que:

- O Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo, em Odivelas, encontra-se classificado como Monumento Nacional, desde 1910.

- Este Monumento tem um grande valor histórico e arquitetónico, sendo que, para além do mais, é ali que se encontra o túmulo de D. Dinis.

- Apesar de algumas pequenas obras realizadas, designadamente no túmulo, o certo é que o Monumento se encontra atualmente muito degradado e necessita de uma intervenção urgente. Podem verificar-se várias carências, nomeadamente, parte dos telheiros dos claustros em perigo de ruir; problemas estruturais globais por força da degradação dos telhados, de algumas janelas quebradas e da falta limpeza.

- Do que temos conhecimento, em Dezembro de 2015, foi submetido à Direção-Geral do Tesouro e Finanças um plano de investimento para o imóvel, apresentado pela Câmara Municipal de Odivelas, tendo em vista a sua remodelação e adaptação adequadas à instalação de serviços municipais, um equipamento de ensino para JI-EB e uma esquadra de polícia (PSP).

- O Ministério da Cultura referiu que teve conhecimento, através da Direção-Geral do Património Cultural, da necessidade da realização de uma intervenção conservativa no túmulo do D. Dinis, mas que considerava necessário a realização de um estudo rigoroso prévio a uma qualquer intervenção.

- Acontece que, apesar de todo o tempo já decorrido sobre aquelas informações, a situação do Monumento mantém-se inalterada, sem que se conheça a realização de qualquer intervenção no sentido de preservar e conservar aquele espaço.

- O Deputado Municipal do CDS-PP de Odivelas apresentou, em Junho último, uma Moção que pedia ao Governo que mantivesse as boas condições do Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo e dos seus espaços contíguos. Tal Moção foi aprovada pela Assembleia Municipal de Odivelas, com o voto contra do PS.

- Com a apresentação da Moção pretendia-se, ainda, que se promovesse uma resolução célere e definitiva para o imóvel e a sua herdade, de modo a reabilitar o espaço e impedir o agravamento da sua deterioração.

- A última informação que temos do Ministério da Defesa Nacional refere que o Exército, através do Colégio Militar, tem assegurado uma presença e vigilância das instalações que foram desafetadas do domínio público militar, que o edifício está à guarda da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional.

Assim:

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os Deputados do CDS-PP, abaixo-assinados, vêm por este meio requerer à Câmara Municipal de Odivelas os seguintes esclarecimentos:

1 - Confirma que, em Dezembro de 2015, essa Câmara Municipal submeteu à Direção-Geral do Tesouro e Finanças um plano de investimento para o imóvel em causa, tendo em vista a sua remodelação e adaptação adequadas à instalação de serviços municipais? Se sim, quais os serviços municipais que serão ali instalados? O plano abrange também um equipamento de ensino para JI-EB e uma esquadra de polícia (PSP)?

2 - A Câmara Municipal já obteve qualquer resposta da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, quanto ao plano apresentado? Se sim, qual foi a resposta?

3 - A Câmara Municipal dispõe das verbas necessárias para a realização daquelas obras? Qual o montante necessário e quais as obras concretas que pretende realizar?

4 – Atendendo ao estado atual de degradação de um Monumento Nacional tão importante, como é o caso do Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo, a Câmara Municipal não considera urgente e necessária uma intervenção por parte da Tutela?

Palácio de São Bento, sexta-feira, 11 de Novembro de 2016

Deputado(a)s

TERESA CAEIRO(CDS-PP)

JOÃO PINHO DE ALMEIDA(CDS-PP)

ANA RITA BESSA(CDS-PP)

Deputado(a)s

VÂNIA DIAS DA SILVA(CDS-PP)

FILIPPE LOBO D' ÁVILA(CDS-PP)